

Estudo e discussão sobre o processo de subordinação nos materiais didáticos e nas gramáticas tradicionais

Maria Luiza Matias Menezes ¹

Resumo

Este trabalho objetiva fazer uma investigação sobre como o material didático se coloca frente ao processo de subordinação e como esta é apresentada aos alunos. Demonstraremos algumas inadequações presentes nos conceitos da tradição gramatical considerando as propostas de Perini e Carone e apresentaremos um modelo de atividade alternativa para o estudo da subordinação.

Palavras-chave: Subordinação. Tradição Gramatical.

1. Considerações iniciais

O ensino de gramática nas escolas tem sido o mesmo, ano após ano. É comum presenciarmos em salas de aula de ensino fundamental e médio alunos reclamando das dificuldades encontradas no estudo da disciplina Português, uma matéria vista pelos estudantes como algo chato, sem sentido e que não serve para ser aplicado em nenhum momento de suas vidas. Perguntas como “Por que estudar orações subordinadas?”, “Onde vou aplicar esse conteúdo?” são frequentes. O objetivo deste trabalho é investigar alguns aspectos da abordagem da subordinação nos livros didáticos; discutir as incoerências existentes entre as definições e as análises gramaticais na gramática tradicional e apresentar outras maneiras de se trabalhar a subordinação em sala de aula.

¹ Estudante de Letras – Português na Universidade de Brasília (UnB).
E-mail: maria.luiza.mm24@gmail.com

2. Discussões em torno da oração

Nos manuais escolares e livros didáticos, vemos que antes de discorrer sobre a subordinação, os autores abordam a oração. Trazem definições e fazem considerações sobre sua estrutura. A partir desse momento, já abordam também o período e, após aplicar para os alunos diversos exercícios de identificar as orações é que se parte para a subordinação, analisada nos livros didáticos nas seções destinadas ao período composto.

Nesta seção, serão discutidas as confusões em torno dos conceitos de oração e as dificuldades apresentadas para identificá-la.

Dal Rio (1987) chama a atenção para a dissonância existente entre a maneira como é feita a análise gramatical na gramática tradicional e as definições que predominam nos conceitos. A autora enfoca também a confusão existente entre os conceitos de oração, frase e período, o que faz com que o estudante sinta dificuldade em diferenciá-los.

Para demonstrar a inadequação entre teoria e análise da gramática tradicional, Dal Rio traz a definição de oração de Rocha Lima (1999, p.234):

*“Oração é a frase --- ou membro de frase --- que se biparte normalmente em *sujeito e predicado*.”[...] Serve de modelo a frase declarativa, manifestação de um juízo, sem qualquer traço dominante de natureza emotiva, capaz de perturbar-lhe a organização gramatical.” Rocha Lima (1999, p. 234)*

Segundo Haury (1986, apud Dal Rio, 1987, p. 26), levando em conta essa definição de Rocha Lima, em que a oração é expressão de um juízo, não se pode dizer que as interrogativas, imperativas e optativas são orações, pois nestas não se faz uma afirmação. Então, orações dos tipos seguintes não seriam consideradas orações:

- (1) Quem fez a tarefa de casa?
- (2) Fique calado!
- (3) Deus o abençoe!

Sendo assim, essa definição de oração é inadequada, pois só abarca o tipo de orações declarativas.

Quanto à confusão terminológica de frase e oração, a autora cita um exemplo de Rocha Lima em que o autor diz que “que você leia este livro”, em “Quero que você leia este

livro” Rocha Lima (1999, p. 234) é uma oração quanto ao critério formal, pois possui “os termos lógicos fundamentais”. No entanto, não é uma frase, visto que não apresenta sentido completo.

Em contrapartida, entramos em uma discussão oportuna, visto que Dal Rio (1987) apresenta uma definição de oração confundida com a definição de frase, como em: “Oração é a menor unidade da fala com sentido completo.” Luft (1971, p. 126, apud Dal Rio, 1987, p.28). Essa definição de “ter sentido completo” é a definição de frase e não de oração usada por muitos autores. Outros autores não se referem à necessidade de apresentar sentido completo, mas apresentam definições em que a definição de oração se liga à noção de frase, como mostra o exemplo de Cegalla (1978, p.211, apud Dal Rio, 1987, p. 27), em que oração é a frase que apresenta sujeito e predicado, ou só predicado. Sendo a oração uma frase, deve ser também expressão de um pensamento e apresentar sentido completo, pois, de acordo com Cegalla, frase é todo enunciado que transmite o que se pensa, e de acordo com Rocha Lima, “*Frase é a unidade verbal com sentido completo [...]*” Rocha Lima (1999, p. 232).

Como se percebe, apresentar uma definição de oração que se confunde com a definição de frase implica em abertura para discussões significativas. No entanto, Dal Rio (1987) demonstra a inadequação dessas definições para a oração, com o seguinte exemplo:

O que sei é que te amo

O é = oração principal

que te amo = oração subordinada

que sei = oração subordinada

Dal Rio (1987, p.27)

Com este exemplo, a autora questiona como aceitar estas orações como expressões verbais do pensamento, pois, fica claro que *que sei* e *que te amo* não apresentam, isoladamente, sentido completo, uma vez que a própria oração subordinada é incompleta, ou seja, dependente. Levando em conta essas definições, a autora questiona se as orações subordinadas não seriam, então, orações.

Para a autora, as definições de oração abordadas pela gramática tradicional são inadequadas, visto que, dizer que oração é frase é dizer que oração tem sentido completo, o que, como pôde ser observado, é impreciso. Está claro que essas definições não cabem às orações.

Quanto às confusões terminológicas, essas não terminam entre frase e oração, mas também abarcam o período, pois sua definição se confunde com a definição de frase, como se pode ver no exemplo:

(4) Já morei em Portugal.

Nesse exemplo, temos um período simples (frase organizada em uma oração). Temos também, como se pode notar, uma frase (enunciado de sentido completo), a qual está organizada em oração. Sendo assim, nesse caso, o período corresponde à frase e os limites de ambos se encontram.

Outro ponto abordado por Dal Rio é a confusão entre orações principais e orações subordinadas. Em certos períodos, a oração principal pode funcionar também como subordinada. A autora utiliza um exemplo de Bechara (1975) para demonstrar o comportamento das orações.

(5) Não sei se José disse que eu emprestara o livro.

Nesse período, a 1ª oração, *Não sei*, é principal em relação à segunda. Sendo assim, a 2ª oração, *se José disse*, é subordinada em relação à primeira, pois tem a função de objeto direto de *Não sei*. A terceira oração, *que eu emprestara o livro*, é subordinada da 2ª, *José disse*. Sendo assim, *Jose disse* é subordinada da 1ª oração e principal da 3ª oração.

A crítica lançada por Dal Rio (1987, p. 49), é a de que a gramática tradicional usa determinados critérios para conceituar e outros para classificar, pois se a oração principal é definida, como mostra Cunha e Cintra (1985, p. 580, apud Dal Rio, 1987, p. 47), como a que não exerce nenhuma função sintática em outra oração do período, como se explica o fato dela se comportar ao mesmo tempo como subordinada de uma oração anterior? Além do mais, se a oração é frase e esta é definida como enunciado que tem sentido completo, como dizer que as orações subordinadas não têm sentido completo? Isso mostra que as definições e conceituações da gramática tradicional são incoerentes e não dão conta de todos os fatos da língua.

3. Discussões em torno da subordinação

Nas subseções seguintes, apresentaremos propostas de autores que questionam o tratamento dado à subordinação nas gramáticas tradicionais. Nessas propostas, os autores, assim como Dal Rio (1987), apontam inadequações e incoerências presentes nos conceitos da tradição gramatical e dão um novo tratamento para a subordinação.

3.1. Proposta de Carone

Em Carone (2005), verificamos uma nova abordagem da subordinação. Estamos acostumados a ver em livros didáticos e aulas de gramática o assunto subordinação quando vamos estudar o período composto. No entanto, Para Carone (2005, p.16) a forma com que as gramáticas escolares abordam subordinação, e também a coordenação, apenas em análise de períodos, é inadequada, visto que a subordinação está presente inicialmente na organização dos sintagmas antes de formar as orações. Para demonstrar como isso ocorre, a autora demonstra a presença da subordinação dentro do sintagma nominal, fazendo menção a componentes subordinantes e subordinados que formam “pares de functivos”.

Uma vez constituído, o par é uma nova unidade, que vai articular-se a outro functivo—que, por sua vez, também pode ser o resultado de articulações anteriores. E assim sucessivamente, num processo de expansão do texto.

margens + plácidas

o + Ipiranga

de + o Ipiranga

margens plácidas + do Ipiranga

as + margens plácidas do Ipiranga

Carone (2005, p.19).

Outro ponto relevante é que estamos acostumados a estudar os processos de coordenação e subordinação separadamente. Carone (2005) trata, no entanto, da ocorrência de subordinação e coordenação em um mesmo período, ou em uma mesma oração, como é o caso de *Comprei maçã e banana* (exemplo meu) em que “maçã” e “banana” são termos coordenados, pois têm a mesma função sintática, e também subordinados ao verbo “comprei”. Vemos que na subordinação está envolvida uma relação de hierarquia, o que não se observa na coordenação. Na subordinação, o elemento subordinado tem função sintática diferente do

elemento subordinante. Nesse exemplo, vemos que o elemento subordinado é objeto direto: “maçã e banana” (sintagmas nominais), e o elemento subordinante é o verbo.

Outro ponto que a autora levanta é o tratamento de coordenação associado à independência sintática, que só poderia fazer sentido em contraste com a dependência das subordinadas. Sendo assim, a autora propõe que a subordinação seja estudada antes da coordenação.

3.2. Proposta de Perini

Em *Gramática Descritiva do Português*, Perini (2011) dá ao período composto por subordinação um novo tratamento e denominação: orações complexas. Com essa nova denominação, Perini (2011) tenta desfazer dúvidas e problemas que dizem respeito ao limite da oração subordinada. De acordo com o autor, a forma como os estudos gramaticais separam e limitam as orações no período composto por subordinação é inconveniente e inadequada.

A primeira diferença no tratamento de Perini é a divisão de um período composto por subordinação como em *Titia disse que nós desarrumamos a casa* (exemplo do autor).

Oração subordinada: nós desarrumamos a casa.

Oração principal: Titia disse que nós desarrumamos a casa

Perini argumenta que se um termo de uma oração é parte dela, então, separar *que nós desarrumamos a casa* (OD e termo da oração principal) é inconsistente. [...] “o que chamamos de “oração principal”, *titia disse*, não seria na verdade uma oração, mas apenas um pedaço de oração (amputada do objeto direto)” Perini (2011, p. 132). Para o autor, a análise tradicional seria cabível se “[...] postular um princípio segundo o qual o OD (assim como os demais termos) de uma oração só faz parte dela se não contiver uma oração; se contiver uma oração, o OD e os outros termos serão externos a essa oração” Perini (2011, p. 133). Somente assim, faria sentido, para o autor, dizer que *Titia disse* é oração principal, e continuar com a prática de análise de oração estabelecida pela gramática tradicional e ensinada nas escolas.

Para o autor, a sua segmentação em principal, *Titia disse que nós desarrumamos a casa*, e em subordinada, *nós desarrumamos a casa*, é mais coerente que a forma tradicional, pois faz sentido dizer que a subordinada é parte da principal, ou seja, o termo da oração faz parte dela. Na prática tradicional, observamos que o termo da oração não faz parte dela, mas

está em outra oração, ou seja, a teoria da gramática tradicional de orações vai de encontro a sua prática quando se tem uma situação de segmentação de orações.

Além de Perini classificar a oração principal de maneira diferente da Gramática Tradicional, percebe-se que, na delimitação da oração subordinada, ele deixa de fora a conjunção *que*, a qual a gramática tradicional classifica como integrante da oração subordinada. Para o autor, a conjunção não faz parte da subordinada porque *nós desarrumamos a casa* já tem a estrutura típica de uma oração, as quais são sujeito “nós”, núcleo do predicado “desarrumamos” e objeto direto “a casa”. O autor diz, ainda, que dessa forma, a oração poderia ocorrer sozinha no período; por outro lado não poderia ocorrer com a conjunção, pois o *que* não tem função dentro da oração simples, ou seja, caso ela ocorresse sozinha. O que seria o *que* então? Qual seria sua função? “[...] o elemento *que* é um dos recursos que a língua possui para encaixar uma oração dentro de um SN” Perini (2011, p. 133).

A análise de Perini, entretanto, é inconsistente para Botelho (2009), que afirma que o *que* deve fazer parte da oração subordinada, pois sem a conjunção, entende-se a subordinada como independente, visto que sua estrutura é de uma oração simples. No entanto, é justamente a conjunção que dá à oração o seu caráter de subordinada, pois insere relação de dependência entre as orações.

A análise de Perini deixa algumas lacunas e não se aplicaria, de acordo com Botelho (2009), por exemplo, ao período *João disse que comprou roupas ontem* (exemplo meu), em que a oração principal, de acordo com a gramática tradicional, seria *João disse*, e a subordinada *que comprou roupas ontem*. Perini analisou a subordinada como a oração que sem a conjunção poderia ocorrer sozinha no período, por ter uma estrutura típica de uma oração. No entanto, não é caso de *comprou roupas ontem*, estrutura que não pode ocorrer sozinha por não ter todos os elementos típicos de uma oração (falta-lhe o sujeito, que seria resgatado por “que”, que possui característica anafórica).

3.3. O papel das conjunções na subordinação

O que temos observado até aqui é que, assim como a maioria dos conteúdos, a subordinação é abordada de maneira mecanizada. Não é mostrada ao aluno a presença das orações subordinadas em seu dia a dia, em situações espontâneas, como em uma conversa

com familiares ou amigos. O estudo da subordinação seria mais interessante se fosse levada em conta sua importância para a construção do discurso.

Carone (2005) lança o olhar para o papel importante das conjunções, o que, frequentemente, não é observado nos livros didáticos. As conjunções são abordadas pela autora como instrumentos que permitem a articulação. Ao se falar em subordinação de orações, estamos diante de “[...] recursos para relacionar ou fundir orações” Carone (2005, p. 49), e, assim, expressar nossos pensamentos. Se não tivéssemos recursos na língua para inserção de orações, a comunicação seria mais complicada, gastaríamos mais tempo para dizer o que queremos. Carone (2005, p. 49) demonstra o uso desses recursos linguísticos na fala, com no exemplo *eu tenho um cachorro que é muito bonito*, em que o pronome relativo *que* se refere ao substantivo cachorro. Se, ao contrário, não usássemos o recurso de inserção, este período seria expresso da maneira “Eu tenho um cachorro. Meu cachorro é muito bonito.” Carone (2005, p. 49).

A autora demonstra que as conjunções podem ser carregadas de significado ou não. Em períodos em que temos orações adverbiais, estas são iniciadas por conjunções dotadas de significado. No exemplo 7, de Carone (2005, p.50), nota-se que a conjunção destacada carrega um valor de tempo e só é possível entender que uma pessoa saiu no mesmo momento em que outra entrou porque foi usada a conjunção *quando*. Se não tivéssemos esses recursos para conectar orações, apresentando os acontecimentos de um por um, como em 6, não teríamos o entendimento correto da mensagem.

(6) Eu entrei. Ele saiu

(7) Ele saiu **quando** eu entrei

Observa-se que a autora faz uma abordagem tanto sintática quanto semântica. Observando as conjunções que inserem orações adverbiais, vimos que estas conjunções são dotadas de significado e a classificação das orações em temporais, concessivas, finais, etc, baseia-se em critérios semânticos.

Quanto às orações subordinadas substantivas, o que transfere à oração a condição de subordinada é a conjunção integrante *que*. Diferente das conjunções adverbiais e do pronome relativo, as conjunções integrantes são vazias de significado, e sua função é apenas transferir à

oração subordinada substantiva a condição de substantivo. Por essa razão, Perini defende que a conjunção integrante não deve fazer parte da oração subordinada, pois é vazia de significado, sendo apenas um recurso da língua para encaixar oração dentro de sintagma. De acordo com Botelho (2009), Perini desconsidera que é justamente essa propriedade da conjunção de encaixar oração dentro de sintagma que dá à oração o caráter de subordinada. Se deixamos de fora a conjunção e analisamos a oração isoladamente, não estamos diante de subordinação, pois a oração individual, sem a partícula *que*, como diz Perini (2011) tem a estrutura típica de uma oração. E de acordo com Botelho (2009), é a presença da conjunção que atesta a sua relação de dependência com um termo da oração.

4. A análise dos livros didáticos

Como dissemos anteriormente, a subordinação começa a ser trabalhada nos livros didáticos quando se fala em período.

O capítulo 30 de *Gramática, Texto, Reflexão e Uso*, de Cereja e Magalhães (2008), começa pela abordagem de período simples e período composto. Em um box azul, p.325, temos as seguintes definições:

Período é a frase organizada em uma ou mais orações, podendo ser:

simples, quando constituído de uma única oração;

composto, quando constituído de duas ou mais orações.

Nota-se que os três conceitos se entrelaçam de tal maneira que frase, oração e período parecem ser um só, visto que na definição, os autores dizem que período é frase e, nos exemplos, a frase é constituída por orações, como em:

(8) Este outdoor também é deficiente e cumpre muito bem seu papel.

Os autores definem o exemplo dado como frase que apresenta duas formas verbais, sendo constituído, portanto, de duas orações e formando, assim, um período composto.

A tese defendida por Dal Rio (1987) de que não fica clara para o aluno a diferença entre frase, oração e período é reforçada com esses exemplos.

Em seguida, na página 326, começa o assunto período composto por coordenação e por subordinação. Os autores tratam no mesmo capítulo da coordenação e da subordinação, estabelecendo as diferenças entre os dois processos. Tratam de independência e dependência sintática. As orações coordenadas são definidas como sintaticamente independentes umas das outras, visto que cada uma possui os termos necessários para fazerem sentido sozinhas (sujeito, verbo e objeto). Já as orações subordinadas são definidas como dependentes sintaticamente, sendo uma oração termo da outra. Cereja e Magalhães (2008) exemplificam como se dá a subordinação, com o seguinte período:

1ª oração		2ª oração				
(9) Decreto	/	que as manhãs	/	terão de começar	/	ao meio-dia!
VTD		S		VI		adj. Adv.

O verbo *Decreto* é apresentado como primeira oração. A segunda oração começa da conjunção em diante. A 1ª oração, como mostra os autores, apresenta apenas um verbo, que é transitivo direto. E a 2ª oração funciona como objeto direto da primeira.

Pode-se notar que essa abordagem, que é a tradicional e está presente em todos os livros didáticos, é um tanto confusa e pode suscitar dúvidas, como: “Uma oração pode ser constituída apenas por um verbo” ou “pode ter seu sentido incompleto”? De acordo com as definições tradicionais de oração, esta não seria constituída de sujeito e predicado?

Começemos a responder por partes. Quanto à oração poder ser constituída apenas por um verbo, a resposta é afirmativa e isso acontece várias vezes em nosso cotidiano, como nos exemplos: *Cheguei!*, *Fui!* O estranhamento quando se vê o verbo *Decreto* sozinho se deve ao fato de ser um verbo transitivo direto, pois exige um complemento, o qual se encontra em outra oração.

Neste ponto, vemos que nos deparamos com uma inconsistência teórica da gramática tradicional. Rocha Lima (1999, p. 234) sobre o conceito de oração diz que “*Oração* é a frase – ou membro de frase- que se biparte normalmente em *sujeito* e *predicado*”. De acordo com Rocha Lima (1999), uma oração necessita de elementos de estrutura característicos de uma oração. A estrutura básica de uma oração é o sujeito e o predicado.

Sabe-se que o sujeito de *Decreto* está expresso desinencialmente, ou seja, não está expresso graficamente, mas presente na desinência do verbo. E quanto ao predicado?

Rocha Lima (1999) divide a classificação dos predicados em três tipos: nominal, verbal e verbo-nominal. Sobre o predicado verbal, que é o que nos interessa neste momento, ele afirma que esse exprime um fato, um acontecimento ou uma ação que tem por núcleo um verbo, que pode ou não ser acompanhado de outros elementos. Diz, ainda, que os verbos que são suficientes para representar a noção predicativa são chamados de intransitivos, como pode ser notado nos exemplos dados, *Ceguei! e Fui!* E que, diferentemente, há outros verbos que exigem a presença de um ou de mais termos para completarem a sua compreensão, “(...) para a cabal integridade do predicado” Rocha Lima (1999, p.239). Esses são os verbos transitivos, ou seja, que exigem complemento.

Dessa forma, dizer que no período *Decreto que as manhãs terão de começar ao meio-dia!* a análise da primeira oração é *Decreto* é inconsistente. Como vimos em Perini (2011, p. 132), um termo de uma oração é parte dela, ou seja, o objeto direto deve fazer parte de sua oração, o que não acontece nesse exemplo. Podemos constatar os impasses dessa análise tradicional, que não corresponde aos fatos da língua. *Decreto* não deve, portanto, ser considerado oração, pois, ao se amputar o objeto direto da oração, mutila-se seu predicado e, como vimos, para se ter uma oração são necessários sujeito e predicado.

Quanto às conjunções, que, como vimos na abordagem de Carone (2005), têm o importante papel de introduzir a oração subordinada impondo a ela a função de termo de outra oração, têm pouco destaque no livro didático de Cereja e Magalhães. No Capítulo 30, o qual introduz o período composto, é feita uma breve menção às conjunções em uma parte do texto da explicação, que afirma que se chama “conjunção subordinativa” a conjunção que liga as orações. Já no capítulo 31, que trata das orações subordinadas substantivas, discorre-se um pouco mais sobre as conjunções. Trata-se, no entanto, de uma abordagem breve e sem esclarecimentos sobre sua importância. Os autores se limitam a explicar em que momentos se usam as conjunções integrantes *que* e *se*, levando em conta o verbo da oração principal (se exprime incerteza, dúvida ou possibilidade, usa-se *se*; se exprime certeza, usa-se o *que*).

Outro livro didático analisado é *Português: de olho no mundo do trabalho*, de Ernani Terra e José de Nicola (2006).

No capítulo que trata o período composto por subordinação, os autores definem a oração subordinada como “toda oração que exerce uma função sintática em relação a outra”. Terra e Nicola (2006, p.288). A definição de orações subordinadas é a usual definição

tradicional de que conforme a função sintática que exercem, as orações subordinadas classificam-se em substantivas, adjetivas e adverbiais.

(10) Seu depoimento é urgente

Sujeito

(11) Que você deponha / é urgente.

or.subord. subst..subjativa or. principal

Com os exemplos acima, Terra e Nicola (2006) tentam mostrar a equivalência entre um substantivo e uma oração, sendo esta, por isso, denominada oração substantiva e, por ter a mesma função de sujeito que o substantivo *Seu depoimento*, a oração é classificada como substantiva subjetiva.

Nota-se, novamente, que temos problemas nos limites da oração principal em 11. De acordo com a tradição, temos duas orações por termos dois verbos. Uma é principal porque, conforme Rocha Lima (1999), traz presa a si outra ou outras orações, como dependentes.

Para entender o problema existente no limite da oração principal, voltamos à definição de oração. Kury (2011) afirma que a oração é um sintagma formado de sujeito e predicado, estruturado em torno de um verbo. Sendo assim em *é urgente*, não se sabe o que é urgente, pois falta o sujeito, “o ser de quem se diz algo” Rocha Lima (1999, p.234). E, nesse exemplo, não é o caso de oração sem sujeito, as quais são as que, de acordo com as gramáticas tradicionais, como a de Rocha Lima, denotam fenômenos da natureza ou possuem os verbos, “haver”, “fazer”, “ser”, empregados de maneira impessoal. O sujeito de *é urgente* é *Que você deponha* e encontra-se separado do verbo. Portanto, é inconsistente dizer que *é urgente* é uma oração, visto que lhe falta o sujeito.

Devemos observar que o inconveniente não se limita ao limite da oração principal, mas, como afirma Perini (2011), “contradiz a definição de “subordinada”, pois, se a oração subordinada é um termo da principal, então deve fazer parte da principal.

Além do mais, ao tratar dos limites da oração subordinada, Perini só tratou das substantivas, como o exemplo dado *Titia disse que nós desarrumamos a casa*. Nesse exemplo, pode ser observado facilmente que a oração subordinada tem a estrutura típica de uma oração (SUJ-V-OD). Mas e quanto às orações adjetivas?

Para ilustrar essa questão, observa-se um exemplo do capítulo 14 de Terra e Nicola (2006):

(12) Admiramos os alunos que estudam.

or.prin

or.subord. adjetiva

No exemplo acima, temos como oração principal *Admiramos* e como subordinada *os alunos que estudam*. Podemos observar que assim como a oração principal a subordinada se encontra mutilada. O que quer dizer *os alunos que estudam*? Falta mais alguma informação.

Analisamos também o livro *Português : ser Protagonista*, do 3º ano do Ensino Médio, organizado por Barreto (2010). Nesse livro, assim como nos outros analisados, a subordinação só é tratada dentro do período composto, sendo o assunto dividido em três capítulos. O capítulo 29 trata das subordinadas substantivas. Temos nessa abordagem algumas novidades no tratamento da subordinação que não encontramos nos outros dois livros didáticos analisados. Para começar, no texto introdutório do assunto a ser tratado no capítulo, as orações subordinadas substantivas são definidas como “aquelas que exercem, no interior de uma oração principal, as diversas funções sintáticas desempenhadas pelos **sintagmas nominais** no período simples.” Barreto (2010, p. 300). Podemos notar que essa definição do autor se aproxima da proposta de Perini (2011) de que a oração subordinada deve fazer parte da principal. Além do mais, Barreto não usou a palavra “substantivo” ao tratar das funções sintáticas que a oração subordinada exerce (como sujeito, objeto). Ele usou a palavra sintagma nominal. Nas Gramáticas Tradicionais mais conhecidas, como a de Rocha Lima (1999) é utilizada a palavra “substantivo” para se referir a função de sujeito ou objeto, por exemplo, que a oração subordinada exerce na principal, como em “As diferentes funções sintáticas são exercidas pelo substantivo, pelo adjetivo e pelo advérbio [...]” Rocha Lima (1999, p. 262). E também em “As orações subordinadas substantivas exercem as funções próprias de um substantivo.” Terra e Nicola (2006, p. 288).

Em seguida, na página 301, temos a classificação das orações subordinadas substantivas em seis tipos, de acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira: subjetiva, objetiva direta, objetiva indireta, completiva nominal, predicativa e apositiva. O autor expõe que as funções sintáticas do período simples representadas por sintagmas nominais, que são sujeito, objetos direto e indireto, complemento nominal, predicativo, aposto e agente da passiva, no período composto podem ser desempenhadas por uma oração.

Outra questão que é importante destacar é a abordagem mais ampla, comparando-se com os outros livros didáticos analisados, que o livro traz das conjunções. Terra e Nicola (2006) se limitaram, no capítulo em que tratam de orações subordinadas, a afirmar que as orações subordinadas substantivas são introduzidas pelas conjunções integrantes “que” e “se” ou podem iniciar por outras palavras, como: “quando”, “por que”, “quanto”, “quem” e “como”. Cereja e Magalhães (2008) também dão pouca atenção ao papel das conjunções. Assim como Terra e Nicola (2006), afirmam que as subordinadas substantivas são introduzidas pelas conjunções integrantes *que* e *se*, de acordo com o verbo da oração principal.

Cereja e Magalhães (2008) condicionam a natureza da conjunção à escolha do verbo, afirmando que se este exprime dúvida ou incerteza, usa-se a conjunção integrante *se*, e se exprimir certeza, emprega-se a conjunção *que*. Diferentemente, Barreto (2010) aponta para o valor semântico das conjunções, como pode ser observado na afirmação do autor: “No primeiro exemplo, a oração subordinada é introduzida pela conjunção subordinativa *se*, que revela incerteza, dúvida por parte do enunciador; a segunda é introduzida por *que*, conjunção que tem valor semântico de afirmação, certeza.” Barreto (2010, p. 302).

É comum em salas de aula, ouvirmos dos professores que a oração subordinada substantiva começa por uma conjunção integrante, mas não termos nenhum esclarecimento a mais sobre esse elemento dado. Assim, para os alunos, esse elemento parece não ter nenhuma função a não ser estar ali para nos dizer que estamos diante de uma oração subordinada.

De modo diferente, Barreto (2010) defende que a função das conjunções integrantes é a de articular a oração subordinada à principal. O autor apresenta a oração principal como incompleta sintaticamente, e é a conjunção que permite que a subordinada passe a integrar e completar a oração principal. Essa visão apresentada em Barreto (2010) é análoga à de Carone, que expõe o importante papel das conjunções como recurso que permite a inserção e o encadeamento de orações. Além do mais, destaca que não só as conjunções integrantes, mas, também, os pronomes interrogativos e os advérbios interrogativos, podem articular a oração subordinada à principal. Barreto (2010, p. 302) exemplifica os casos em que a oração subordinada pode ser introduzida por pronome interrogativo, como em “Não sei dizer que herói é você”, ou por advérbio interrogativo, como em “Não sei dizer quando vocês vão revelar sua identidade”.

5. Guia dos livros didáticos e atividade alternativa para o estudo da subordinação

O Guia dos Livros Didáticos destinado ao Ensino Médio (PNLD, 2012, p.10) estabelece como princípios e objetivos gerais de língua portuguesa: (i) o processo de apropriação da linguagem escrita e de formas variadas da linguagem oral pública; (ii) o desenvolvimento da proficiência em norma padrão, especialmente na modalidade escrita, mas também em situações orais e (iii) a prática da análise e reflexão sobre a língua. Assim, tendo em vista a recomendação do Guia para os professores de “ampliar e aprofundar a convivência do aluno com a diversidade e a complexidade da LP em diferentes esferas de uso” (PNLD, 2012, p. 6) trataremos aqui de maneiras de se trabalhar a subordinação em que entre em jogo a reflexão do aluno.

Um modelo produtivo de se trabalhar o processo de subordinação é apresentar a presença das orações subordinadas no texto e no discurso. Hawad (2012) propôs atividades que levam os alunos a refletir sobre os ambientes de uso das orações subordinadas e, assim, refletir sobre os possíveis usos de sua língua. Essas atividades, antes de partirem para o estudo da oração, começam com um trabalho de intertextualidade. Com o propósito de contribuir para um ensino mais produtivo da língua portuguesa, Hawad evidenciou a funcionalidade das orações subordinadas, trabalhadas dentro de um contexto “[...] contribuindo para a separação do divórcio, característico da prática tradicional de ensino, entre gramática, leitura e produção de textos.” (Hawad, 2012, p.192).

Na atividade, a autora propôs aos alunos que fizessem uma entrevista com algum profissional da área que os estudantes tivessem interesse. Nessa atividade, além de os alunos poderem tirar dúvidas sobre profissões, seria introduzido o assunto discurso indireto e a presença e uso das orações subordinadas nesse tipo de discurso. Observa-se que a proposta da autora já tem seu mérito por propor a intertextualidade do assunto, partindo de um tema de interesse para os estudantes.

Para a entrevista, foram propostas as perguntas que os alunos deveriam fazer, tais como: “Você se sente realizado em sua profissão?” “A remuneração média nessa profissão é satisfatória?”. Após realizar o trabalho de coleta de informações, os alunos deveriam apresentar os resultados da entrevista para a turma, relatando as perguntas feitas do seguinte modo: “Nós perguntamos a nosso entrevistado...” “Procuramos descobrir...”. Outro tipo de pergunta sugerida aos alunos era: “Por que você optou por essa profissão?” “Onde são oferecidos hoje em dia os melhores cursos na área?” Após essa etapa, foi determinado que os

alunos analisassem seus relatos e descobrissem que tipo de oração foi empregado para relatar as perguntas feitas na entrevista. Após descobrirem, foram direcionados a observar a palavra que iniciou as orações dos relatos.

Nota-se que os relatos dos alunos seriam dos tipos: 1-Nós perguntamos a nosso entrevistado se ele se sente realizado em sua profissão; 2- Procuramos descobrir por que ele optou pela profissão. Assim, veriam que as orações subordinadas substantivas podem começar pela conjunção integrante se e pelo advérbio interrogativo por que. O objetivo de Hawad (2012) é mostrar aos alunos que não só as conjunções integrantes, mas também pronomes e advérbios interrogativos podem iniciar a oração subordinada, o que, como vimos, não é abordado em alguns livros didáticos, ou se abordado, é feito de maneira superficial, fazendo com os alunos só se lembrem da conjunção integrante.

É importante também que o professor não feche o estudo apenas nas orações, mas que mostre também a presença da subordinação entre termos, nos “pares de functivos” apresentados por Carone (2005), a fim de que o aluno perceba a presença da subordinação na feitura do texto e, assim, veja sentido e importância no estudo do tema.

6. Considerações finais

A partir desse estudo, constatamos que a gramática reproduzida nos livros não tem sido satisfatória para o ensino, pois não propicia a reflexão sobre aspectos da língua. Com nossa abordagem da subordinação, apontamos as dificuldades existentes nos tratamentos tradicionais e apresentamos um exemplo de atividade alternativa, que está de acordo com o que diz os princípios do Guia dos Livros Didáticos destinado ao Ensino Médio (PNLD 2012) no que tange ao “processo de apropriação da linguagem escrita e de formas variadas da linguagem oral pública” e à prática de análise e reflexão sobre a língua, visto que a atividade não se concentra apenas no caráter gramatical, mas é voltada para a aplicação da subordinação em situações comunicativas, além de envolver um processo de intertextualidade de temas: discurso indireto, subordinação e entrevista sobre um assunto de interesse dos alunos.

7. Referências Bibliográficas

BOTELHO. J. M. Uma resenha crítica sobre o limite da oração subordinada, segundo Perini. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, v. Único, p. 85-96, 2009.

CARONE. F.B. *Subordinação e Coordenação: confrontos e contrastes*. 6 ed. Ática, 2005.

CEREJA. W. R. & MAGALHÃES.T.C. *Gramática: texto, reflexão e uso*. 3 ed. Reform. São Paulo: Atual, 2008.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DAL RIO. M.L.C. *A frase no texto: uma abordagem alternativa da subordinação no estudo da gramática*. 1987. 286 f. Dissertação. Mestrado apresentado ao Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas. 1987.

Guia dos Livros Didáticos: PNLD 2012; Língua Portuguesa. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

HAWAD. H. F. Ensinando Gramática para o uso da língua materna. *Matraga*. Rio de Janeiro, v.19, n. 30, jan./jun. 2012.

KURY, A. G. *Novas Lições de Análise Sintática*. 9 ed. São Paulo: Ática, 2011.

LIMA, R. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

PERINI. M.A. *Gramática Descritiva do Português*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2011.

_____. *Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical*. Parábola Editorial, 2006.

Português, 3ºano: ensino médio/ organizador Ricardo Gonçalves Barreto. 1 ed. São Paulo: Edições SM, 2010. (Coleção ser protagonista).

TERRA. E., NICOLA.J. *Português de olho no mundo do trabalho: volume único*. São Paulo: Scipione, 2006.